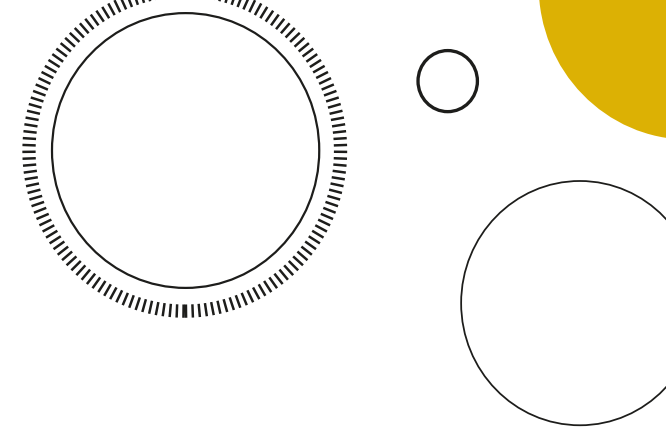


E SE FÔSSEMOS CAPAZES DE CRIAR OUTRO PARADIGMA?

What If we were able to create another paradigm?

¿Y si pudiéramos crear otro paradigma?



Pilar Del Rio¹

Resumo

“O dever de cuidar nos torna mais humanos. O dever de instruir nos torna mais invencíveis. O dever de participar dos assuntos públicos nos torna mais justos. O dever de intervir nos torna mais inteligentes. Outro mundo é possível se a ética da responsabilidade for assumida por todas e todos.” Pilar Del Rio, na Aula Magna do primeiro semestre de 2021, aos estudantes da Universidade de Brasília (UnB), apresentou a conferência “E se fôssemos capazes de criar outro paradigma?” A aula teve audiência ao vivo de 1.200 pessoas.

Palavras-chave: Mudança de Paradigmas. Aula Magna. Universidade de Brasília.

Abstract

“The duty of care makes us more human. The duty to instruct makes us more invincible. The duty to participate in public affairs makes us fairer. The duty to intervene makes us smarter. Another world is possible if the ethics of responsibility is assumed by everyone.” Pilar Del Rio, at the Aula Magna of the first semester of 2021, to students at the University of Brasília (UnB), presented the conference “What if we were able to create another paradigm?” The class had a live audience of 1,200 people.

Keywords: Changing Paradigms. Magna Class. University of Brasília.

Resumen

“El deber de cuidar nos hace más humanos. El deber de instruir nos hace más invencibles. El deber de participar en los asuntos públicos nos hace más justos. El deber de intervenir nos hace más inteligentes. Otro mundo es posible si todos asumen la ética de la responsabilidad”. Pilar Del Rio, en el Aula Magna del primer semestre de 2021, a estudiantes de la Universidad de Brasília (UnB), presentó la conferencia “¿Y si pudiéramos crear otro paradigma?” La clase tuvo una audiencia en vivo de 1.200 personas.

Palabras-clave: Cambiando paradigmas. Clase Magna. Universidad de Brasília.

¹ Jornalista, escritora, tradutora e presidente da Fundação José Saramago. Lisboa. Portugal.

Foi muito bonito ouvir as palavras que foram dedicadas pela querida reitora aos alunos que estão entrando na universidade hoje. Eu lembro muito bem do dia em que nós estivemos juntas em Brasília. Impossível não lembrar. Nesse dia nós conversamos sobre algumas pessoas que nos tornaram grandes e serviram de inspiração para todos nós. Muito obrigada querida reitora, obrigada vice-reitor, obrigada senhor decano e obrigada Isabela. E os meus agradecimentos a todos os professores e professoras, muito obrigada a todos os alunos e alunas. Boa tarde, ou noite, da qual estou me dirigindo a vocês a partir da ilha de Lanzarote, nas ilhas Canárias, da biblioteca de José Saramago. Vou começar esta intervenção que escrevi com uma frase de um grande autor, Miguel de Cervantes, que escreveu no Quixote: “Mudar o mundo, amigo Sancho, não é loucura nem utopia. É justiça.” Não serei eu, evidentemente, quem vai desmentir o grande escritor. Portanto, fica a frase.

As universidades são, ou deveriam ser, as pedras nas quais se alicerçam as sociedades. A base sólida a partir da qual construímos presente e futuro. E não nós, os universitários, que somos pedras pequenas. Seres fugazes, muito fugazes, embora a consciência da brevidade não nos impeça de transportar sonhos e empreender grandes obras. Aquelas obras que têm como objetivo um bem comum que, para tantas e tantos, é definitivo e, por isso, ingressam na universidade, não apenas para aprender um ofício, mas para dispor de instrumentos que permitam a eles e elas tornarem mais suportável a vida de seus contemporâneos. Nós, homens e mulheres, apesar de sermos efêmeros, somos a maior potência do mundo, embora hoje seja difícil aceitar isso nesses tempos de pandemias que vivemos. “Pandemias” no plural, porque à pandemia da saúde somam-se a pandemia moral, que é terrível, e a econômica, que será devastadora. Tão graves umas quanto as outras. Assim, instalados neste caos, assediados como estamos por políticas indignas que não acreditamos merecer, e por notícias que são meras campanhas de manipulação, temos dificuldade em nos aceitarmos como seres hegemônicos, capazes de tomar conta do nosso tempo.

No entanto, embora não mostremos a nossa força com o fulgor de um tornado, somos sim capazes de pensar e analisar, de nos reunirmos. Hoje, aqui, convocados pela pedra angular que é para a sociedade brasileira a Universidade de Brasília, de forte história e presente muito ativo, que vos inspira, se envolve, teve bons mestres fundadores e continua os tendo: professoras e professores destemidos, de cabeça erguida com ciência e com consciência. Trata-se, me disseram quando recebi o convite para

estar com vocês, de nos ouvirmos uns aos outros e às outras sem perder tempo, dada a irrefreável urgência de desenhar futuros onde a vulnerabilidade social não seja nem a norma nem a consequência. Para o futuro imediato que estamos tentando construir neste presente pandêmico, impõem-se objetivos de igualdade e de inclusão social. Inclusão social, cultural, científica e política. E isto que estou dizendo não é apenas uma manifestação de boa vontade. Não se pode viver à margem da sociedade, da *polis*, nem se pode permitir que outros e outras vivam fora dela expulsos por ordens do sistema ou pela má administração das nossas responsabilidades cívicas. Se isto ocorresse – e infelizmente ocorre –, se não interviermos para corrigir as diferenças sociais que a cada dia são mais evidentes e dilacerantes, se não assumirmos projetos de intervenção como coisa própria, então só merecemos um nome, que vem do grego e é claro e rotundo, seremos idiotas.

Uma sociedade da qual parte dos seus membros é excluída ou submetida a situações de vulnerabilidade extrema é uma sociedade desprovida de si mesma, inerme e idiota. Não acredito que este seja o quadro onde queremos viver, universitários, cidadãos com voz e com projetos para combater a exclusão e a má política: a política que gera idiotas, porque gera cidadãos desprovidos da sua responsabilidade. Cidadãos indiferentes. Refletir é avançar na ação. Combater a idiotice é um mandado e uma prerrogativa das universidades.

A força da cidadania manifestou-se em momentos ímpares, humanamente grandiosos, belos. Um desses momentos imprescindíveis na história contemporânea foi a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um instrumento magnífico, preparado em tempos de guerra e subscrito em 1948, quando todas as feridas continuavam abertas. A civilização foi dotada no dia 10 de dezembro de 1948 de um instrumento para combater a desolação. “Deem-me tempo e vocês verão do que somos capazes usando os nossos direitos” é o que parece dizer o documento. Deem-me tempo. Com este documento assinado e chancelado, será possível combater injustiças históricas. Nunca mais seremos terra de escravos, de pessoas sem acesso à educação, à formação, a uma habitação digna, à saúde, à igualdade, à liberdade de criação, de expressão, de crenças religiosas, ou da falta

dessas crenças. Sem inquisições sociais ou religiosas que condenem os seres humanos porque não se ajustam ao tamanho dos seus incríveis e, por vezes, patéticos dogmas.

Estamos em 2021, segundo ano da peste. Observamos perplexos e perplexas como a cada dia são incubados ovos de serpente aqui e acolá. Como são adotadas decisões políticas sem que se conte nunca o número de vítimas. Sentimos o medo no nosso corpo diante das três pandemias. Isso nos impede ver os nossos semelhantes de forma laica e rotunda. Como disse um escritor humanista que escrevia em português: “O outro é como eu e tem o direito de dizer ‘eu’”. Temos a corrupção e a impotência no mundo.

Ouvimos cada dia uma voz resignada, o indiferente, que diz: “não podemos fazer nada, assim são as coisas”. Como se um deus malvado tivesse decidido acabar com o planeta mandando outro dilúvio. Mas não é isso que está acontecendo. O que acontece é consequência da voracidade de um sistema que se baseia no esvaziamento de conceitos grandes como democracia e liberdade. Conceitos tão manipulados que às vezes não significam mais nada, porque nos seus nomes “democracia” e “liberdade” são tramitadas leis contra o bem comum, emanadas de parlamentos muitas vezes corruptos, com sistemas judiciários servis e com a cumplicidade da mídia. Na minha profissão os conheço dispostos a dar cobertura às economias especulativas e fraudulentas que afundam países e continentes e empobrecem classes sociais, se é que eles obtêm algum lucro. Contudo, isto não tem porquê ser assim.

Agora quero contar para vocês uma história que José Saramago e, lembrem-se que estou aqui com o único mérito de presidir a fundação que leva o seu nome, e essa história foi narrada por José Saramago, em Brasília, muitos anos atrás, e também foi contada em outros lugares do mundo porque ele a considerava uma boa lição de vida: Um dia – e a história é essa – vários séculos atrás, um camponês de uma aldeia de Florença subiu até o campanário da igreja e tocou como se alguém tivesse morrido. Estranhando aquilo, já que ninguém tinha notícia de que houvesse algum doente terminal, os moradores da aldeia se aproximaram da igreja, perguntando quem era o defunto.

– É a justiça. A justiça morreu. – disse peremptoriamente o camponês do alto da torre. E continuou com os toques carpideiros. A justiça tinha morrido porque contra toda lógica, o juiz tinha acabado de dar a razão a um poderoso diante de um fraco. “Mas isso acontece muitas vezes” poderia ter sido a resposta dada ao indignado camponês, constatando assim uma evidência universal para a qual o camponês já tinha pronta a resposta clara e contundente:

– Sim. Mas eu não me conformo.

Que grande lição foi essa dada pelo camponês de Florença. “Eu não me conformo”.

A Declaração Universal de Direitos Humanos foi um toque de atenção: os sinos do mundo soando em toda a sua glória, cidadãos e cidadãs saindo de suas casas proclamando que havia chegado a hora. A Declaração, assinada por tantos estados, é para legislar e governar, é norma suprema. Supremamente aceita para evitar a clara deterioração da humanidade tão castigada por séculos de obscurantismo, guerras, imperialismos, colonialismos, genocídios, liberticídios, desigualdades, enfim... esta Declaração, diziam, será o espelho onde olhar se a educação e as universidades – e já disse que as universidades são o alicerce – se as forças sociais conseguem frear a voracidade do sistema e a capacidade de manipulação da mídia, que o sistema usa como posto avançado e explicação para tudo, inclusive das perversidades. E não foi o que aconteceu.

Os sinos tocando em todo o mundo não demoraram a se calar. O paraíso não chegou a se concretizar. O magnífico documento que vinha para curar feridas foi assinado e celebrado com o mesmo ímpeto com que um após o outro, os diferentes países, sem manifestação social nenhuma, foram engavetando-o. O poder, queridas amigas e queridos amigos, o poder econômico, claro, o poder com maiúscula, tem mecanismos para reduzir as grandes declarações a um simples exercício de boas intenções. O poder pode fazer muito e tem camadas demais. O tecido do poder só poderá ser perfurado por outro poder. Um poder novo, diferente, que desconserte e humilhe. E quero dizer para vocês que poder é esse: é o poder da cultura, o poder das mulheres.

Estou convencida disto. De que a cultura e a emancipação feminina, isto é, assuntos irrelevantes às agendas internacionais, assuntos fundamentais na reconstrução social, são a resposta diante do avanço das pandemias.

Eu penso que a cultura e as organizações das mulheres, as mulheres em pé de igualdade, podem agora sair como o camponês de Florença e fazerem ouvir-se. Tomemos mais uma vez, todos nós, não os governos, a Declaração dos Direitos Humanos, estando conscientes dos nossos deveres para conosco, para com a sociedade e com o planeta. E por ser consciente dessa responsabilidade, vou me permitir falar com vocês de um projeto de declaração de Deveres Humanos em que nós estamos trabalhando, eu e uma série de pessoas, conscientes do valor de assumir responsabilidades para enfrentar a submissão que tentam nos inocular. Esta é a declaração de Deveres Humanos a qual se referiu a reitora, já que sobre essa declaração nós estivemos conversando na Universidade de Brasília três anos atrás. Deveres e direitos, como eu ia dizendo, para chegar ao humanismo que nós como seres de razão e de consciência reivindicamos e devemos a nós mesmos, homens e mulheres.

Alguns anos atrás, eu vou me referir a isso muito rapidamente, o reitor da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) assumiu o desafio que José Saramago tinha lançado no discurso do Prêmio Nobel de Literatura lido exatamente no dia em que se celebrava o 50º aniversário da declaração de direitos humanos. E o escritor português disse o seguinte:

“Neste meio século, não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que moralmente estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra-se. A mesma esquizofrênica humanidade capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas, assiste indiferente a morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente à marte do que ao nosso próprio semelhante. Alguém não anda cumprindo o seu dever. Não andam a cumpri-lo os governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem, ou porque não lhes permitem os que efetivamente governam: as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder absolutamente não democrático reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava do ideal da democracia. Mas também não estamos cumprindo o seu dever os cidadãos que somos. Foi-nos proposta uma Declaração

Universal de Direitos Humanos e com isso julgamos ter tudo, sem reparar que nenhum direito poderá subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem. O primeiro dos quais será exigir que esses direitos sejam não só reconhecidos, mas também respeitados e satisfeitos. Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra. Com a mesma veemência com que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa tornar-se um pouco melhor.”

Esta é a proposta lançada por José Saramago que a direção da Universidade Nacional Autônoma do México assumiu como mandato, de tal forma que convocou reuniões internacionais às quais participaram acadêmicos, juristas, ambientalistas, ativistas e políticos, representantes de diferentes culturas e formas de estar na vida. Durante essas sessões foram discutidas propostas teóricas e se refletiu sobre o humanismo imprescindível para combater o caos que significa viver em um planeta que logo atingirá os dez bilhões de habitantes. Dez bilhões de corpos e almas! Dez bilhões de pessoas com sonhos e necessidades que viverão em um planeta que um século atrás mal chegava a um bilhão e seiscentos milhões de habitantes. Essa impressionante multiplicação exige mudanças de hábitos e de paradigmas e exige respostas novas, tecnológicas, filosóficas e ambientais que respeitem o indivíduo e o coletivo a partir da pluralidade da vida.

Após um árduo processo de elaboração chegou-se a um documento que foi entregue ao secretário geral da ONU, ao presidente da Assembleia Geral, a Comissão de Direitos Humanos, entre tantas outras instâncias. Depositado o documento na Sede Central das Nações Unidas, foi um passo importante na imprescindível lógica da ética, da responsabilidade que nós assumimos usando a razão e a consciência. Os dois elementos que nos diferenciam do resto dos seres vivos. Mas é apenas um passo. O que se pretende é ir além. Que nos currículos, desde o ensino fundamental, seja estudada a Declaração de Direitos e de Deveres. Não se trata de sobrecarregar os estudantes, mas sim de torná-los mais conscientes como seres humanos, mais sólidos e mais empoderados.

Vou citar mais uma vez Cervantes, nas palavras do Quixote:

– Mudar o mundo, amigo Sancho, não é loucura nem utopia. É justiça. – E lucidez, acrescento eu. Quero agora resumir a Declaração de Deveres, ciente como estou de que se trata de um instrumento a mais na árdua luta contra a cegueira que parece envolver o mundo, além da peste, das pandemias, se é que tudo isso não é a mesma coisa. A Declaração de Deveres, simetria da Declaração de Direitos diz no seu primeiro artigo: todas as pessoas têm o dever de cumprir e exigir o cumprimento dos direitos reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos demais instrumentos nacionais e internacionais. Cumprir e exigir o cumprimento dos Direitos Humanos, quer sejam econômicos, sociais, culturais, pessoais, de consciência, de religião, ou políticos. Sabemos que a Declaração de Direitos não é um documento vinculante, embora algumas constituições recentes se digam inspiradas nesse espírito. Nem todas as pessoas sabem que são sujeitos de direitos. A Declaração de Direitos não é estudada no ensino fundamental e por isso talvez sejamos tão líquidos. Daí a insistência de levar ambos os documentos para a escola e para a universidade.

No preâmbulo da Declaração de Deveres se diz: considerando que os direitos humanos são a maior conquista jurídica e social do nosso tempo para garantir a dignidade de todas as pessoas sem distinção alguma das suas condições individuais, sociais ou culturais; considerando a necessidade de reconhecer a emergência de novos direitos das mulheres, ambientais, de povos emergentes – reiterando que os principais sujeitos obrigados a cumprir os Direitos Humanos são os estados nacionais e os organismos internacionais e regionais; atendendo às crescentes desigualdades e violações dos direitos humanos e às dificuldades pra atingir as metas para conquistar o desenvolvimento harmônico da humanidade como um todo; assumindo que o compromisso e o cumprimento dos deveres jurídicos não esgota as possibilidades de atingir o pleno desenvolvimento das pessoas, sendo as obrigações éticas igualmente indispensáveis para a manutenção das instituições democráticas e do estado de direito; admitindo a necessidade de que a totalidade das pessoas e organizações sociais devem cumprir os seus deveres jurídicos e obrigações éticas, sem eximir os estados das suas próprias obrigações, tudo isso, é o que declaramos.

E a partir daí vêm os 23 artigos que contemplam os deveres de cuidar sobre políticas de igualdade de gênero, de respeito diante da emergência ambiental, de participação, de se instruir, de respeito diante de outras realidades culturais e religiosas e até de evitar o recrutamento de menores – uma coisa que na Europa pode soar estapafúrdia, mas não é. Os menores são recrutados na Europa para conflitos armados, para constituir grupos de violência urbana, distribuir drogas ou para torná-los escravos sexuais. No nosso mundo organizado isto está acontecendo e nós convivemos com esta tragédia.

O que pretendemos com essa Declaração de Deveres? Eu digo simplesmente que se pretende evocar a Declaração de Direitos, tocar os sinos, os sinos do camponês de Florença dizendo que podemos sim, e que uma sociedade solidamente formada, consciente dos seus direitos e deveres, não será indiferente aos governos, indiferente aos maus governos que talvez tenham que ouvir os cidadãos e não só se submeter às pressões e às organizações econômicas. Organizações que nos controlam e que ditam os comportamentos públicos e privados. Uma sociedade culta e empoderada saberá meditar sobre o seu voto e valorizar o bem comum.

Agora gostaria de contar outra história antes de concluir. Está em um livro do autor que dá o seu nome a fundação que eu presido e de cuja biblioteca me dirijo a vocês: em *Ensaio sobre a lucidez*, José Saramago diz que em uma jornada eleitoral, em um país sem nome, os cidadãos decidiram, sem entrar em acordo, simplesmente fazendo o uso do seu livre arbítrio, votar em branco. Talvez porque as propostas do partido da esquerda, ou do partido da direita, ou daquele ironicamente chamado “partido do meio”, não satisfaziam as necessidades reais da população. Isto é, os candidatos destes partidos não podiam ser considerados servidores públicos e, portanto, não os representavam.

Então, desencadeou-se uma série de acontecimentos entre a administração e os cidadãos. Surgem os protagonistas da novela: um presidente, um Primeiro Ministro, um prefeito, enfim... a mídia... os veículos da mídia mudam de posição conforme os seus interesses econômicos e os jovens assumiram o protagonismo e começaram a levantar propostas. Aparecem os personagens de *Ensaio sobre a cegueira*. A mulher que perdeu a vista continuou vendo, enxergando quando ocorreu a cegueira

branca, porque manteve o cuidado, o dever do cuidado. Cultura e mulher, o que eu dizia antes, é o que nos salva. Ou seja, a personagem feminina, simbólica, assumiu a responsabilidade de proteger o seu entorno e o mundo. O que eu posso dizer sim, é que, na pandemia, podemos ver o valor dos cuidados, a importância da atenção de saúde e do atendimento aos idosos. A pandemia nos mostrou o alcance dos serviços essenciais, imprescindíveis como limpeza, alimentação, cuidados. Nos diferentes confinamentos, sem esses trabalhadores e trabalhadoras básicos, que tantas vezes arriscam a sua vida, não teríamos sobrevivido como sociedade. Estou me dirigindo a vocês da Europa, mas suponho que no Brasil esteja acontecendo e tenha acontecido o mesmo. Precisamos ver esses trabalhadores e essas trabalhadoras de outra forma. São trabalhadores básicos e são a nova aristocracia da nossa sociedade. Se não quisermos ser idiotas e viver alienados de nós mesmos, se não quisermos ser apenas uma estatística, é preciso reconhecer os trabalhadores e as trabalhadoras que cuidaram de nós.

Vou terminar usando mais uma vez a palavra responsabilidade e insistindo nesses conceitos que me são tão caros: direitos e deveres, razão e consciência. Vivemos em estado de responsabilidade, daí a necessidade de exigir que os estados administrem estas pandemias de acordo com a norma internacional solenemente assinada em 10 de dezembro de 1948, e tantas vezes citada. Por exemplo: vacinação para todos e gratuita. Por exemplo: atendimento dos menores que são vítima da violência das pandemias nas suas casas e na rua. E atenção às mulheres vítimas de um patriarcado vil que também vitimiza o algoz porque o torna indigno como ser humano, além de delinquente. Como universitários precisamos insistir uma e outra vez nos artigos da Declaração de Direitos. Que sejam estudados para que possamos exigir e cobrar dos governos que os tenham presentes. Direitos e deveres deveriam ser a pele da sociedade. Como cidadã insistirei em que não falhemos mais no cumprimento dos nossos deveres. Não se trata de um assunto religioso, nem de consciência tranquila, mas sim da possibilidade de contar que a nossa voz derrube as muralhas que foram erguidas para defender normas econômicas, sociais e patriarcais absolutamente inadequadas para superar a crise que estamos atravessando.

O dever de cuidar nos torna mais humanos. O dever de instruir nos torna mais invencíveis. O dever de participar dos assuntos públicos nos torna mais justos. O dever de intervir nos torna mais inteligentes. Outro mundo é possível se a ética da responsabilidade for assumida por todas e todos. Se nas escolas, nas universidades, entre os populares e nas instituições levarmos a sério o valor de cada vida e o privilégio de poder usar a razão e a consciência, que são os atributos que nos diferenciam dos demais seres vivos, e a partir da lucidez que produz o ato de pensar, ir construindo a vida diária, sabendo que somos efêmeros. Somente os estúpidos se consideram imprescindíveis. O futuro de cada um é o que vamos deixar em outros. Então a dor e o medo que nos ameaçam e que não podemos evitar se tornará uma possibilidade para semear a esperança. Ofereçamos algo melhor àqueles que vêm atrás de nós. Temos os instrumentos para isso e juntos poderemos sim. “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”, como escreveu José Saramago na epígrafe do *Ensaio sobre a cegueira*. Mais tarde, cansado de ver o mundo que não muda, mas com esperança nos seres humanos, escreveu na epígrafe do *Ensaio sobre a lucidez*:

– Uivemos! – disse o cão. Sempre resta essa possibilidade. A possibilidade de uivar. Uivemos! É chegada a hora. Mesmo que estejamos na universidade, ou precisamente por isso, por estar na universidade, que ninguém ou nada nos cale.

Obrigada.